

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUA PARTICIPAÇÃO NA CONSTRUÇÃO SOCIAL DOS ESPAÇOS: o caso da APA do Itapiracó

Keyllyanne Desterro Cardoso¹
Dalylian Cristina Barros Sales²
Joallysson Desterro Bayma³

RESUMO

Este trabalho é uma análise sobre as transformações na APA do Itapiracó, a partir das representações dos sujeitos que colaboram na produção social dessa área de proteção, classificada pelo Sistema de Unidades de Conservação, como uma das áreas de uso sustentável da cidade de São Luís. O objetivo foi analisar como a educação ambiental contribui para a formação das representações que orientam o processo de transformações no espaço dessa área de proteção ambiental, assim como, suas alterações de uso, verificando seu atual processo de reestruturação. A metodologia valeu-se da abordagem qualitativa, inscrevendo-se em uma perspectiva dialética, utilizando-se ainda de coleta de informações, de observação in loco, e de entrevistas semiestruturadas com os sujeitos que se relacionam a área, o que possibilitou a análise das transformações e das representações que existem sobre o Itapiracó, a partir dos sujeitos que o tem como local de suas práticas. Esta pesquisa refletiu sobre a produção dessa área verde dentro do planejamento urbano da cidade de São Luís, percebendo a educação ambiental como parte do processo de produção do lugar. Conclui-se que a produção da APA do Itapiracó se dá de maneira desigual, uma vez que, a comunidade do interior e do entorno imediato pouco foram consultadas pela gestão governamental.

Palavras-chave: Educação, Representações Socioambientais, Área de Conservação.

INTRODUÇÃO

A cidade de São Luís passa por um crescimento urbano que tem acelerado o processo de transformações dos espaços naturais. Essa correlação entre crescimento urbano e as mudanças que causam nos espaços naturais, altera também a relação de uso que os locais antes possuíam. A partir dessa observação surgiu o interesse na reflexão sobre como a educação ambiental está presente nesses espaços naturais da cidade, mais especificamente àqueles espaços considerados de proteção ambiental, alterando as dinâmicas de vida e a relação entre os sujeitos e estes locais.

A cidade de São Luís possui cinco áreas naturais destinados à conservação ou preservação ambiental, sendo estes, o Parque Estadual do Bacanga, a Reserva Ecológica do

¹ Mestra em Educação pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e Professora da educação básica de São Luís-MA

² Graduanda do curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)

³ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão (PPGCSOC/UFMA)

Sítio do Rangedor, e as APAS do Maracanã, Lagoa da Jansen e Itapiracó. A legislação brasileira emprega os conceitos de preservação para espaços como parques e reservas, restringindo o uso desses locais a finalidades de pesquisa e educação, para espaços de conservação são permitidos usos como número reduzido de moradias, pesquisa, visitação educativa e atividades de lazer, desde que todas essas práticas se relacionem a esses ambientes de maneira sustentável. Desta forma, as Áreas de Proteção Ambientais (APA's) são espaços naturais em que se percebem uma maior interatividade entre os sujeitos e esses ambientes, se comparados às outras áreas naturais presentes na cidade. Pode-se destacar que cada uma dessas áreas apresenta situações distintas, e são espaços em que as concepções da educação ambiental colaboram para a construção de representações dos sujeitos sobre ambiente e cidade, que se manifestam através de seus usos e práticas cotidianas.

Tomados para estudo todos esses aspectos, e observando o espaço com certo estranhamento, salta à análise a relação entre educação ambiental e sujeitos no processo de formação do espaço da APA Itapiracó, margeada por bairros considerados de classe média, próxima a um dos principais shoppings da Cidade, a faculdades, supermercados, pequenos condomínios e que atualmente passa por intensa intervenção da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais (SEMA), responsável por sua gestão. A partir da observação de intensificação dos usos dessa área natural surgem as questões como: Qual a participação da educação ambiental na formação das representações e concepções de natureza dessa área de proteção? Como essas representações se utilizam de conhecimentos propagados pela educação ambiental para disputar as formas de estruturação e reestruturação da APA do Itapiracó?

METODOLOGIA

A atividade de pesquisa consiste em um estudo pedagógico e sociológico que pretende analisar as relações entre a educação ambiental e os sujeitos na área de proteção do Itapiracó, levando em consideração o fato de esta área ser cenário de intensas transformações. Para que se alcancem algumas respostas às perguntas e objetivos que fomentam a pesquisa, se faz uso de instrumentos como a pesquisa de campo, entrevistas semiestruturadas com os sujeitos que exercem diferentes práticas na área, coleta de dados junto a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais (SEMA) órgão gestor da área, análise de relatórios e outras informações coletadas a partir de fontes secundárias como jornais, sites, publicações e outros.

O estudo se inicia com a verificação da formação da área e dos sujeitos que ali exercem suas práticas cotidianas, a partir desse primeiro procedimento se intenciona identificar através de entrevistas semiestruturadas, as lógicas que orientam as transformações na área enfatizando as relações com os conceitos presentes na educação ambiental. Por fim, se analisa as possíveis mudanças na relação entre os sujeitos e a área que podem ter sido causadas pelas transformações atuais na área de proteção do Itapiracó. Para o auxílio e suporte desse processo de estudo e pesquisa o referencial teórico aguça a percepção para as categorias de educação ambiental, natureza e cidade que marcam essa perspectiva de estudo.

A pesquisa consiste em um estudo qualitativo e em seu desenvolvimento emprega métodos que fomentam a construção, caracterização e análise do objeto de pesquisa, sendo estes processos sinalizadores de possíveis respostas as questões feitas à situação em estudo. Deve-se ressaltar que o aspecto das representações dos sujeitos envolvidos com a área é mais um fator que se posiciona na discussão, tornando dialética a relação entre sujeitos e a construção dessa área de proteção, que por assim dizer, se situa em um dos objetivos da pesquisa a ser analisado pela investigação in loco e comunicação com os sujeitos relacionados à área de proteção do Itapiracó. Tais elementos metodológicos posicionam a pesquisa no campo da Educação e Sociologia Ambiental, pois seu objeto apresenta uma dinâmica de construção que analisa a relação entre a educação, sujeitos e o espaço ambiental do Itapiracó, agregando ainda, os aspectos de crescimento da cidade e a importância que este espaço pode ter dentro do seu planejamento e organização territorial.

DESENVOLVIMENTO

A cidade é um espaço de construção de ideias e práticas que sinalizam uma maneira própria de se perceber a realidade, uma construção da ação humana que se relaciona com diversos campos de conhecimento e que acarreta transformações sobre o espaço natural em que se realiza seu próprio processo de formação (LEFEBVRE, 1991). Dentre os elementos mais evidentes na construção das cidades se destacam a atividade industrial, as relações de comércio, as construções de empreendimentos imobiliários, e a forma de construção dos espaços públicos. E inseridos nessas relações uma tênue linha de percepção que inclui sujeitos em círculos de convívio que aparentam trazer aspectos de seguridade aos envolvidos, e colaboram na construção de diferentes espaços que compõem a cidade. Esses elementos se encontram na dinâmica de construção da cidade e participam de uma relação maior que compreende cidade e natureza (ACSELRARD, 2009).

A relação entre essas duas construções, cidade e natureza, podem ser trabalhadas de maneira conjunta, principalmente no sistema educacional, fazendo parte dos currículos escolares, trabalhando na dimensão de formação integral dos estudantes. As possibilidades de uma educação que trabalhe a compreensão das relações humanas presentes na cidade como condicionada pelos meios disponibilizados pela natureza, significa não somente a existência de uma relação entre sociedade e natureza, mas uma profunda interdependência entre os seres humanos e a natureza, para que haja continuidade da vida.

A característica evidente dessa relação entre cidade e natureza é a existência de correlação de efeito que ocorre através das ações humanas que causam mudanças na natureza, essas mudanças por sua vez, retornam à humanidade enquanto consequência das transformações motivadas pela ação humana (LEFF,2004). Essas motivações preexistem por meio do processo de sociabilidade, presentes na educação, que ao se apropriar de um discussão ambiental não deixam de transmitir ideias que correspondem e trabalham a natureza como recurso para o sistema de produção capitalista visualizando-a como reserva de matéria prima futura, o que não deixa de perpassar pelo conceito de currículo oculto.

Esse procedimento leva em consideração que as práticas dos sujeitos sendo discursivas ou diretamente exercidas sobre espaço possuem alguma lógica que as orientam, e buscam atender as necessidades de quem a constrói, o que necessariamente não significa a construção de uma cidade ou a concepção de natureza que seja benéfica a grande maioria que utiliza os ambientes da cidade. Em outras palavras, as formas de ensino que se apresentam durante a formação dos sujeitos são responsáveis por parte das disposições que poderão ser acionadas para defesa de suas representações, nesse decurso, a educação deveria cumprir o papel fundamental de formação da consciência crítica e ecológica do estudante, em contrapartida, propaga a concepção de um sistema econômico produtivo que apreende a natureza apenas como recurso e ferramenta do processo de elaboração de mercadorias.

O processo de objetivação da natureza não está simplesmente pautado na sua transformação em mercadoria, mas transcreve-se economicamente ao conceito de sustentabilidade a partir do momento em que se percebe através dessa categoria a oportunidade de criar verdadeiros bancos genéticos e reservas de matéria-prima que receberão um destino rentável em breve. Assim torna-se possível atribuir um novo sentido a diversidade genética presentes em espaços ambientais preservados ou conservados, conceitos intensamente trabalhos na educação ambiental, pois estes se transformam em capital reserva, ou mesmo, um interessante fundo de investimento para o prolongamento do sistema capital

(LEFF, 2004). Essa forma de lidar com as questões referentes à dinâmica ambiental chega a transpor-se através do conceito da lei da entropia, que denota o desgaste ou a degradação de um sistema, no trato da questão ambiental, essa lei pode significar a desordem do sistema econômico e do prospecto social pelo qual os indivíduos percebem a natureza, concepção que continua sendo reproduzida nos indivíduos por um modelo de educação que promove na humanidade a sensação de exterioridade aos fenômenos instáveis e processuais que ocorrem no ambiente. De acordo com Leff (2001, p.208):

O saber ambiental não nasce de uma organização sistêmica dos conhecimentos atuais. Está Se gera através da transformação de um conjunto de paradigmas do conhecimento e de transformações ideológicas, a partir de uma problemática social que os questiona e os ultrapassa. O saber ambiental se constrói por um conjunto de processos de natureza diferente, que gera sentidos culturais e projetos políticos diversos que não cabem no modelo global, por holístico que seja.

Essa perspectiva desenvolvida por Leff (2004), remete a um entendimento de uma educação ambiental que não concebe natureza como instrumento do processo produtivo, mas como meio para continuidade das atividades humanas, nesse sentido, a natureza não é compreendida como algo apartado da humanidade, possuindo agência sobre as atividades humanas e a sua própria condição de continuidade da existência. A educação ambiental deve nesse sentido ser percebida como um componente essencial e contínuo da educação nacional, nesse sentido, afirma a lei 9796/99: “A educação ambiental é um componente essência e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal”

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base na percepção até aqui apresentada, a pesquisa se esforça em apreender a APA do Itapiracó a partir de uma noção que percebe humanidade e a natureza como indissociáveis, considerando o fato de se tratar de uma APA urbana, categoria que pode ser entendida como unidade de uso sustentável que se situa em um núcleo de atividades urbanas (FURLAN; NETO; BARGUIL, 2008). A comunidade do interior da APA que se intitula como comunidade do Itapiracó, é composta por duas ruas, a Rua São Pedro e das Hortas, sendo que os registros em vídeos confirmam que cerca de cinquenta e oito famílias moram na APA. O processo de pesquisa captou elementos de formação da comunidade para que pudesse analisar as representações que seus sujeitos possuem a respeito de natureza, percebida no cotidiano dos moradores através de seu contexto de habitação em uma APA, e sua representação sobre cidade, pontuada pelo crescimento urbano dos bairros do entorno e as

transformações realizadas pelas obras do complexo ambiental. As práticas cotidianas dos moradores expressam uma concepção de educação ambiental produzida por ações paliativas de uma escola municipal e de ações que foram desenvolvidas pela Organização não governamental ABARÁ (Associação Brasileira de Recursos Ambientais), que desenvolvia práticas de educação ambiental com as escolas da cidade, oficinas de profissionalização com a comunidade e a questão de gestão administrativa com o apoio da SEMA e do Batalhão de Polícia Ambiental (BPA). No que tange a educação ambiental se verifica a necessidade de ampliação de práticas sociais que possam contribuir para a formação da consciência crítica dos estudantes e moradores, para que possa haver tomada de posição diante das tensões ambientais e estímulo à procura de soluções para questões que surjam em seu contexto socioambiental, dessa maneira, Sato (2002, p.23) afirma que a educação ambiental consiste:

[...] é um processo de reconhecimento de valores e clarificação de conceito, objetivando o desenvolvimento das habilidades e modificando as atitudes em relação ao meio, para entender e apreciar as inter-relações entre os seres humanos, suas culturas e seus meios biofísicos. A educação ambiental também está relacionada com a prática das tomadas de decisões e a ética que conduzem para a melhoria da qualidade de vida.

A identificação dos usos exercidos pela comunidade dentro da área do Itapiracó é parte do esforço para compreender a representação e os elementos educacionais que a compõe, pois esses podem ser percebidos na oralidade e nas ações da comunidade. Segundos os sujeitos pesquisados a APA do Itapiracó é uma área de importância para sua comunidade por possuir atributos naturais e por ser parte da história de seus moradores, para essas pessoas o Itapiracó significa uma forma de vida considerada tranquila, porém com a necessidade efetiva da participação do poder público promovendo melhorias para a comunidade. No cenário atual as atividades da comunidade do Itapiracó expressam um saber local sobre a natureza que os envolve, sendo estes os que detém conhecimentos sobre a fauna e flora dessa APA, não havendo ações da ABARÁ e a interferência do governo apenas em correspondência a beleza cênica do espaço.

O entendimento do governo sobre a APA pôde ser compreendido por meio das entrevistas semiestruturadas que sinalizam não somente como o projeto do complexo ambiental chega a APA do Itapiracó, mas também demonstra como a área em questão pode ser extremamente politizada, pois a partir da análise das entrevistas se pode perceber que a representação da secretaria está ligada ao esforço de construção de uma área ambiental que além de sediar suas atividades administrativas possa ser local de lazer da cidade, uma espécie

de área urbana, que compreenda a ideia conceitual de conservação e que ao mesmo tempo permita a população uma evidência de que o trabalho da secretaria é concreto. Em outras palavras, através de uma unidade de conservação, que permite um uso direto, com algum ordenamento, a secretaria pretende manter um espaço natural conservado e atender uma necessidade de produção de áreas de lazer para a cidade, o que indica uma produção benéfica para São Luís, porém esse elemento não pode ser resumido somente a essa perspectiva, pois a representação da secretaria visualiza a APA como uma forma de “palco vivo” em que os trabalhos desenvolvidos pela secretaria possam ser expostos como comprovantes da prestação de serviços. Esse tipo de atuação demonstra a possibilidade desse órgão público utilizar a APA como instrumento de promoção política, e de suas ações sobre os espaços verdes da cidade de São Luís estarem sendo orientadas para dar visibilidade àquilo que é necessário, quando for necessário, em detrimento do atendimento das necessidades da grande maioria dos sujeitos que se relacionam àquela área. Sobre o processo de escolha da APA para sediar o Complexo Ambiental a funcionária da SEMA, Maria Antonia Ferreira colocou em entrevista:

Eu vou te recapitular um pouco da história de como o complexo ambiental surgiu. Na gestão do secretário Othelino Neto foi apresentado originalmente um projeto para a construção da sede da secretaria, e esse projeto originalmente tinha sido indicado, que ele fosse construído no Rangedor, isso lá em 2008, por aí. Aí não deu certo, muita coisa no Rangedor virou manchete quando a Assembleia Legislativa abriu sua entrada para a Avenida Jerônimo de Albuquerque, deu muita repercussão negativa, e eu acho que por conta disso e outras circunstâncias também, como a mudança de governo, a casação do Jackson Lago, uma série de coisas [...] então um espaço de uso público, com os aparelhos de uso público pra que aquela área né, pudesse ganhar não só pela sede, mas também pela visibilidade de uso público de um parque urbano que a gente carece, que Ilha toda carece né, o máximo que se tem, que já se tem a diversos anos, e também por conta disso tudo é a confusão da Lagoa da Jansen, mas se viu então que o Itapiracó poderia trazer menos problemas, mais repercussão positiva do que negativa, então daí as coisas começaram a se direcionar para que ali tivesse então o desenvolvimento desse projeto que passou a se chamar de complexo ambiental.

As decisões da secretaria podem por vezes ser resultado de decisões políticas, de análises técnicas, ou ainda, de algum equilíbrio entre esses dois elementos de auxílio no processo de decisões sobre as áreas verdes do Estado. Essa situação, dependendo ou não, da medida em que os sujeitos são envolvidos, pode resultar na produção de uma área que compreende as práticas locais dos sujeitos e a situação de conservação para as quais as áreas de proteção ambientais são criadas. Nota-se que não há uma efetividade no desenvolvimento de uma ação educativa que promova correspondência ao conceito de conservação, consciência que pode ser despertada através de uma educação ambiente. Segundo Lanfredi (2002, p.197):

A educação ambiental objetiva a formação da personalidade despertando a consciência ecológica em crianças e jovens, além de adulto, para valorizar e preservar a natureza, porquanto, de acordo

com princípios comumente aceitos, para que se possa prevenir de maneira adequada, necessário é conscientizar e educar.

Dessa maneira, faz-se necessário que a educação ambiental seja fortalecida com uma noção de formação da consciência crítica sobre a problemática ambiental e social, devendo ser garantido também, a formação de professores com a finalidade de compreender os objetivos da política nacional de educação ambiental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação ambiental pode ser percebida como um dos instrumentos de proteção de áreas naturais, por ser responsável pela produção de representações de natureza, e por ser uma ferramenta de orientação de práticas referentes aos usos de bens naturais. Área de Proteção Ambiental do Itapiracó é um instrumento de conservação da natureza regional e analisá-la fez parte de um estudo reflexivo e prático que emprega a percepção de que as áreas naturais e os usos relacionados a essas áreas são princípios de transformação do espaço natural, em outros termos, os sujeitos que compartilham o uso dessas áreas geram com esses respectivos espaços de reprodução e manutenção da vida, laços de construção e adaptação que estabelecem um sentimento de vínculo a essas áreas verdes presentes no meio urbano. Tais formas de percepção da vida vinculado aos bens naturais estão intimamente relacionados as formas de percepção e apreensão da realidade, a educação não funciona apenas como mecanismo de retenção de uma concepção de natureza e de trato com a mesma, para além disso, consiste um gradativo processo de incorporação de ações e disposições acionadas em situações que exijam referido conhecimento e estratégias de uso e transformação.

O envolvimento dos sujeitos que possuem relação com a área do Itapiracó no seu processo de produção, é percebido como uma interessante forma de desenvolver usos que respeitem a condição de permanência dessa área verde, e nesse sentido, a educação ambiental pode ser observada como propulsora da formação da consciência ecológica, o que significa dizer que a participação da educação ambiental na formação dos sujeitos que residem nos espaços de conservação deve ser analisada como algo de relevância, pois esses lugares possuem usos múltiplos, tais como: de moradia, lazer, ensino e também de reprodução de práticas simbólicas de suas respectivas comunidades.

. Essa reflexão sobre as transformações e representações presentes na APA do Itapiracó, revela como o espaço é construído por interesses sociais que disputam por meio de suas representações de cidade e natureza, que se situam em um conjunto maior, entendido

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

aqui como educação ambiental, para que as intervenções atendam a necessidade dos que interagem e articulam suas práticas direta ou indiretamente com as áreas ambientais presentes na cidade de São Luís. Se percebidas sobre uma perspectiva de valorização dos saberes e uma construção participativa do espaço e da conservação do ambiente, o campo de decisões passa a ser democratizado e as deliberações passam a ser mais eficazes aos diferentes usos que um espaço possa possuir.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri (Org.). **A duração das Cidades: Sustentabilidades e riscos nas políticas urbanas**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

ACSELRAD, Henri. **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relúme Dumará, 2004.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza: Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000; Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002; Decreto nº 5.746, de 5 de abril de 2006. Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas: Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006. Brasília: MMA, 2011. 76 p.

FURLAN, Sueli Angelo; COSTA NETO, Joaquim de Brito; BARGUIL, Silvia. Proteção de Florestas e outros conjuntos vegetacionais, criação e implantação de espaços naturais protegidos no Brasil. In: LEMOS, Amalia Inés Geraiges de (Org.). **América Latina: sociedade e meio ambiente**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

LANFREDI, Geraldo Ferreira. **Política ambiental- Busca da efetividade de seus instrumentos**. São Paulo: Revista do Tribunais, 2002, p. 197.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Ed. Moraes, 1991

LEFF, Enrique. **La transición hacia el desarrollo sustentable: perspectivas de América Latina y Caribe**. México: PNUMA, 2002, p. 479- 516.

LEFF, Enrique. **Aventuras da Epistemologia Ambiental: da articulação das ciências ao diálogo de saberes**. São Paulo: Cortez. 2012.

LEFF, Enrique. **Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2001, p.31-69.

SATO, Michèle. **Educação Ambiental**. São Carlos: Rima, 2002.

SWYNGEDOUW, Erik. A Cidade como um Híbrido: Natureza, Sociedade e “Urbanização-Ciborgue”. In: Acselrad, H. (Org.) **A duração das Cidades: Sustentabilidades e riscos nas políticas urbanas**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

WHITEHEAD. Alfred North. **O conceito de Natureza**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.